Coeduc
COORDENAÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS ESPECÍFICAS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
SINESP | SEDIN | SINPEEM

ATENÇÃO, PROFESSORAS(ES) PEIs! A LEI Nº 18.463/2026 É UMA ARMADILHA CONTRA VOCÊS E CONTRA A EDUCAÇÃO PÚBLICA!

A aprovação da Lei nº 18.463/2026, do governo Nunes, não foi um ato isolado. Ela faz parte de um projeto perverso de desmonte da educação pública paulistana. Em meio à nossa campanha salarial, a proposta que ataca a educação foi aprovada, escancarando o desrespeito do poder público com quem está na sala de aula.

A suposta "transformação de cargo" de PEI para PEIF não passa de uma manobra estratégica do governo Nunes para precarizar a educação municipal. Ao instituir essa mudança, o objetivo central é claro: reduzir artificialmente o déficit de PEIFs para evitar a realização de novos concursos públicos.

Essa estratégia pavimenta, de forma célere, o caminho para a privatização de todas as etapas de ensino. Na prática, cria-se um mecanismo perverso onde as vagas podem ser ocupadas por profissionais contratados sem estabilidade e com salários inferiores. O passo final é a entrega deliberada dessas vagas à "rede parceira", transformando o direito à educação em lucro para empresários do setor, em detrimento da qualidade, do vínculo com as crianças e da valorização da docência. O investimento que deveria fortalecer a nossa rede pública está sendo desviado para financiar um projeto de desmonte.

Diante desse cenário, defendemos a realização imediata de concursos públicos. O provimento de cargos efetivos é a única garantia de que os profissionais terão estabilidade e plano de carreira, criando um vínculo essencial para assegurar uma educação pública de qualidade. Defender a educação infantil é resistir a essa lógica.

O QUE ESTÁ POR TRÁS DESSA LEI?

O governo Nunes quer desidratar a rede direta de educação infantil, abrindo espaço para convênios lucrativos com o setor privado. A "falta de demanda" é a desculpa para fechar turmas, ampliar a terceirização e precarizar vínculos. Enquanto isso, profissionais da rede parceira trabalham com salários baixos, sem plano de carreira e sob condições inadequadas – confirmado pelo Tribunal de Contas do Município (TCM-SP) em maio de 2026.

A conta é cruel: verba pública que poderia fortalecer a escola pública estatal, equipar espaços, reduzir turmas, diminuir nossa sobrecarga e valorizar quem educa, vai parar no bolso dos empresários.

EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE É NA REDE DIRETA!

A transformação de PEI em PEIF é prejuízo na certa!

Você acompanhou nossa campanha salarial e nossa posição contrária a essa lei. O governo Nunes aprovou uma proposta que esconde graves ataques aos nossos direitos e à rede pública de educação.

QUAIS SÃO OS IMPACTOS?

1. Prejuízo financeiro para quem optar pela mudança

A jornada J-30 (JEIF) não é automática no cargo de PEIF. Sem regência de turma, você entra em JBD e perde 33% do salário. Quem for readaptado sem regência ou se afastar por mais de 30 dias (licença médica, por exemplo) também perde a JEIF (Lei 18.221/2024) e cai para JBD.

2. Maior precarização e privatização

Com a transformação, os cargos que ficarem vagos (vacância) serão ocupados primeiro por contratados e, depois, entregues ao setor privado (rede parceira). É o avanço da terceirização e do lucro dos empresários da educação.

3. Perda de estabilidade na lotação

Você pode ser removido para qualquer região da rede, sem garantia de permanência perto de casa.

4. Pontuação zerada para atribuição e remoção

Tempo no cargo e pontuação da unidade são zerados. Você recomeça do zero na escala para atribuição.

5. Impacto na aposentadoria

Integralidade/paridade: exige 5 anos no cargo final. Na transformação, você tem que cumprir cinco anos no novo cargo para poder solicitar a aposentadoria

Média de contribuições: quanto menos tempo na jornada maior (J-30/JEIF), menor será seu benefício.

6. Sem volta

A opção é única e irretratável.

Queremos:

- Currículo que respeita a infância, com natureza, afeto e desenvolvimento pleno.
- Profissionais valorizados, estáveis e com condições dignas de trabalho.
- Escola pública, laica, democrática, gratuita – e que cuida de quem educa.

Privatizar e terceirizar não é solução – é retrocesso e adoece quem ensina e quem aprende.

AÇÃO COORDENADA PELOS SINDICATOS!

Vamos construir, juntos, uma ação coordenada para barrar essa lei e defender a educação pública.

NÃO OPTE PELA TRANSFORMAÇÃO!

A COEDUC orienta: não caia nessa armadilha. A história da educação infantil na cidade de São Paulo foi construída com lutas – de ADI a PDI, de PDI a PEI – para garantir reconhecimento pedagógico, jornada docente e verba vinculada. Não vamos jogar isso fora.

Não opte pela transformação. Denuncie. Mobilize a escola. Resista.

Este é um material informativo e de mobilização. Compartilhe com os colegas. Cuide da sua saúde e da sua carreira – nenhum direito é garantido sem luta.

SINESP®

SEDIN Sempre na Luta

SINPEEM
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP